

O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL ARGENTINA DURANTE A DITADURA DE 1976

EL PROCESO DE REESTRUCTURACIÓN NACIONAL ARGENTINA DURANTE LA DICTADURA DE 1976

Daniela Moura Rocha de Souza

Doutoranda em Educação pela UNICAMP; bolsista Capes.
danyopera@yahoo.com.br

Resumo

O golpe de 1976 não foi um mero acidente de percurso, como também não foram as demais ditaduras que a precederam (1943, 1955, 1962, 1966). No caso específico da de 1976, a realidade apontava para uma grande crise neste país, provocada pela instabilidade econômica e crescentes desequilíbrios na balança comercial, provenientes do aumento do preço do petróleo internacional e desvalorização dos alimentos exportados, fomentando o aumento desenfreado da inflação. O golpe de 1976, autodenominado Proceso de Reorganización Nacional (PRN), emergiu sob a justificativa de tirar o país da grande crise que o envolvia, visando redefinir o Estado por meio da subordinação ao projeto do novo grupo dominante (já formado pelo grande empresariado). No seu trajeto, efetuou-se uma profunda reestruturação social e produtiva que realizou massiva transferência de recursos dos setores assalariados para os de concentração de capital, predominantemente financeiro. Do lado social, reconstituiu-se uma dominação por meio de políticas de “disciplinamento” e desarticulação dos movimentos operário e de oposição. O golpe acabou por se constituir no mais sangrento da história argentina.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Reorganização Nacional. Argentina.

Resumen

El golpe de 1976 no fue un mero accidente de ruta, cómo también no fueran las demás dictaduras que lo precedieron (1943, 1955, 1962, 1966). En el caso específico de 1976, la realidad apuntaba a una gran crisis en este país, causada por la

inestabilidad económica y los crecientes desequilibrios en la balanza comercial, desde el aumento del precio internacional del petróleo y la devaluación de los alimentos exportados, alentando una inflación galopante. El golpe de 1976, autodenominado Proceso de Reorganización Nacional (PRN), surgió bajo la justificación de sacar el país de la gran crisis en que estaba involucrado, reorientando el Estado a través de la subordinación al proyecto del nuevo grupo dominante (ya formado por las grandes empresas). En su curso, hizo una profunda reestructuración social y productiva, que realizó masiva transferencia de recursos de los sectores trabajadores para los de concentración de capitales, sobre todo financiero. En el aspecto social, reconstituyese una dominación a través de políticas de "disciplinamiento" y desarticulación de los movimientos obreros y de la oposición. El golpe de Estado finalmente se constituyó en el más sangriento de la historia argentina.

Palabras claves: Dictadura cívico-militar. Reorganización Nacional. Argentina.

Apesar de nos depararmos com produções de grande envergadura sobre a ditadura nos países latino-americanos, ainda são poucas as que são traduzidas e publicadas em português. Dessas, embora existam algumas de análise materialista histórica, grande parte foca a discussão no militarismo, sobretudo na história das ideias (defendendo a tomada de poder pelos militares tornando-se, praticamente, uma “classe” que tomou o poder), minimizando as influências estadunidenses no processo. Existem, ainda, leituras que elevam a influência dos EUA, minimizando ou praticamente anulando o poder das elites dirigentes nacional e as contradições de classe.

Consideramos, conforme mencionamos em momentos anteriores, que apesar da heterogeneidade que marca profundamente os países do cone sul, cada um com a singularidade de cada processo ditatorial, todos fazem parte de um mesmo movimento da nova roupagem da acumulação internacional de capital. Por meio das crises sucessivas e do transformismo molecular, encontrou na ditadura burguesa um meio para se legitimar. É com esse norte que procuramos analisar esse processo.

Marcada por heterogeneidades estruturais imensas, pluralidades étnicas e poderes regionais que por ora enfraqueceram o Estado Nacional, Aricó (1993) definiu a América

Latina como um projeto incompleto, citando o filósofo marxista mexicano René Zavaleta Mercado para dizer que a adolescência chegou tarde à mesma.

Marcada politicamente pelo autoritarismo (ditaduras, caudilhismo...), desde finais do século XIX e praticamente todo o século XX, a América Latina sofreu um processo de crescente intervenção estadunidense, tendo seus exércitos incorporados à cena política. Com as sucessivas crises intensificadas entre as décadas de 1960 e 1970, os regimes militares se disseminaram praticamente em toda a América Latina, a começar pelo Brasil, em 1964, com uma sequência bastante clara: 1971, Bolívia; 1973, Chile e Uruguai; 1976, Argentina e por aí segue, dos dez países hispânicos da América do Sul, apenas dois, Colômbia e Venezuela, não se encontravam em ditadura nesse período, contudo, transitaram por um trajeto de crescente militarização do poder (ROSSI, 1990).

O golpe de 1976 não foi um mero acidente de percurso, como também não foram as demais ditaduras precedentes impostas à Argentina (1943, 1955, 1962, 1966). No caso específico da de 1976, a realidade, conforme Novaro e Palermo (2007), apontava para uma grande crise neste país provocada pela instabilidade econômica e crescentes desequilíbrios na balança comercial, provenientes do aumento do preço do petróleo internacional e desvalorização dos alimentos exportados, fomentando o aumento desenfreado da inflação.

O desenvolvimentismo defendido pelo governo de 1966, segundo Terán (2008), combinava ideais anti-oligárquicos, reformistas e tecnocráticos e avançava pela radicalização, recorrendo, inclusive, ao universo católico que, longe de se constituir homogêneo no mesmo universo, alguns de seus intelectuais tentavam conciliar o cristianismo com as teorias científicas da evolução, e outros, ligados a Teologia da Libertação, com o pensamento de Marx, defendendo cristianismo e a revolução.

Assim, diante dos conflitos internos e arbitrariedades dos governos militares, um setor da intelectualidade argentina, formado por grupos da esquerda marxista e peronista, entrava em consenso sobre a necessidade de uma saída revolucionária, cujo objetivo seria a libertação nacional e social. No confronto de distintos projetos, esse processo culminou no assassinato de guerrilheiros por parte do governo militar. Ao final, em 1973 deu-se o retorno de Perón à presidência.

Contudo, após a morte de Perón, em 1974, sua esposa, María Estela Martínez de Perón, assume o governo num contexto de crise política e social, que continuou a se agravar, chegando a registrar, em março de 1975, um assassinato político a cada duas horas. Este

quadro marcou o fim da hegemonia peronista, momento em que outros grupos políticos passaram a tomar, inclusive, a direção das universidades, cancelando o espaço de debates marxistas e psicanalíticos e proibindo o estudo nessas correntes (TERÁN, 2008).

A fim de conter essa crise, a presidente mudou várias vezes o ministro da Economia e o seu ministério, assim como tentou conter o avanço sindical, desativando as facções que dividiam o peronismo. Porém, ainda assim, não conseguia encontrar soluções concretas para satisfazer tanto os chefes militares quanto os grandes empresários. O golpe de 1976, com a justificativa de tirar o país do “jardim de infância”, dessa grande crise, se constituiu no mais sangrento da história da Argentina.

Como primeira medida, os golpistas visaram combater os inimigos em potencial: militantes peronistas e de esquerda, delegados sindicais, intelectuais, jornalistas, funcionários públicos, partidários etc., surpreendendo-os em seus locais de trabalho e em seus lares, engrossando a lista dos desaparecidos, que proliferou com uma velocidade alarmante já nos primeiros dias do golpe (NOVARO; PALERMO, 2007).

Conforme aponta Antunes (2005), o princípio não era reprimir a subversão e sim aniquilá-la completamente na clandestinidade, a fim de, ao contrário do que houve no Chile, evitar interferências da pressão internacional (até mesmo do Vaticano), assegurando o sucesso das operações repressivas na clandestinidade. O resultado foi a paralização dos mecanismos de defesa da população através do medo.

No golpe militar de 1976, se registravam quase mil assassinatos promovidos pela repressão estatal, como também o retorno à censura de revistas, editoras, filmes, etc. Devido ao descontrole econômico, mal estar social, dissensões no governo, crise de autoridade e alta violência, muitos setores da sociedade apoiaram o golpe civil-militar de 1976. Talvez um dos motivos desse apoio diga respeito à difusão, pelos militares, do ideal de restauração da ordem. No entanto, as medidas implementadas instaurou o terrorismo de Estado, com uso de crueldade na repressão no disciplinamento social e cultural, utilizando de métodos como sequestro, tortura, desaparecimento de pessoas e até mudança de identidade de bebês (TERÁN, 2008).

Em outubro de 1966, foi criada a Central Nacional de Informações (CNI), por meio da Ley de Defensa Nacional, seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com o objetivo de exercer atividades de inteligência necessárias para o planejamento da segurança do país. Na prática, a CNI não conseguiu realizar o sistema de coordenação da

inteligência, por isso foi criado, em 1973, o Sistema de Informaciones del Estado (SIDE) que, após a deposição de Isabel pela Junta Militar, foi reestruturado, se tornando a Secretaria de Inteligencia del Estado (SIDE). Esses sistemas, apesar de sua importância, tiveram sua atuação diminuída pelos serviços de inteligência militares, evidenciando seu despreparo com as questões de inteligência externa evidenciada, sobretudo, durante a Guerra das Malvinas (1982). Em tempo, esta guerra ganhou corpo por uma tática dos militares, de unificação política do país, quando a ditadura já se encontrava em crise. Tal aventura se tornou, na leitura de Antunes (2005), uma das derrotas mais humilhantes da história da Argentina.

Autodenominado de Proceso de Reorganización Nacional (PRN), o golpe de 1976 visava redefinir o Estado por meio da subordinação ao projeto do novo grupo dominante (já formado pelo grande empresariado), reestruturar social e produtivamente a economia argentina, realizando uma massiva transferência de recursos dos setores assalariados para o de capital financeiro (ALVES, 2009).

A semelhança deste golpe com a experiência chilena de 1973 foi muito grande, a começar pelo aspecto futuro de inserção desses países na onda neoliberal dos anos que se seguiram. Na Argentina, esse projeto econômico adotou características que misturava receitas neoliberais, conservadoras e desenvolvimentistas, mas que convergiam à disciplina do mercado, induzindo a uma mudança estrutural das relações de poder e alterando o equilíbrio das forças sociais domésticas. Esse propósito de ampliar o setor financeiro, atrelando-o ao movimento mundial de acumulação capitalista da década de 1970, buscava o *establishment* empresarial associado, mas não alcançava uma densidade social organizacional e de coalização conforme alguns grupos desfrutavam no Brasil e no Chile, fazendo com que a equipe econômica argentina estivesse constantemente sob ameaça das Forças Armadas que, de modo algum, adotaram homogeneamente o programa proposto (NOVARO; PALERMO, 2007). Isso porque, desde 1958, encabeçado pelas elites modernizadoras e também pelo presidente Arturo Frondizi, o programa desenvolvimentista ganhou visibilidade no universo argentino.

O universo cultural e acadêmico

Para Terán (2008), esse espírito modernizador adentrou todos os espaços culturais (editoriais, revistas, universidades, associações intelectuais etc.), e diversas instituições

privadas e públicas foram reconfiguradas tais como o CONICET, EUDEBA, Fondo Nacional de las Artes e outras, além disso, teve uma expressão notória no âmbito intelectual da classe média por meio da universidade. Nesta, foi considerável a renovação, principalmente nas disciplinas sociais e humanas.

A história social, junto com a psicologia e sociologia carreiras recém-criadas na Argentina na década de 1960 foram encabeçadas por professores que defendiam o ideal modernizador tais como José Luis Romero, José Bleger e Gino Germani, e, sobretudo, a sociologia desempenhou importante função ao modificar as abordagens dos fenômenos nacionais de cunho ontológico-intuicionista que vigoravam desde a década de 1930, defendendo uma postura positivista onde o estudo de sociedade deveria ser neutro, científico e desvinculado de qualquer ideologia.

Apesar desse quadro hegemônico, na contramão desses ideais, outros movimentos intelectuais se projetavam influenciados pela Revolução Cubana que exercia grande influência sobre toda a América Latina, impulsionando uma análise crítica, uma releitura do peronismo e dos afãs modernizadores na cultura e na sociedade, demonstrando preferências pelas leituras de Marx e Freud (TERÁN, 2008). Indo contra as correntes tradicionais, o existencialismo, o empirismo lógico, o marxismo e o estruturalismo atraíram um grande elenco acadêmico que, seguindo a vertente de Sartre, muitos desses professores que defendiam o criticismo realizaram as primeiras leituras humanistas do marxismo, fundando revistas como “El grillo de papel” y “El escarabajo de oro”, dirigidas por Abelardo Castillo, entrecruzando, em 1974, o marxismo, o humanismo e o existencialismo de Sartre.

O movimento de recomposição docente fez surgir uma complexa triangulação entre modernismo, radicalismo e tradicionalismo, marcando assim os campos: intelectual e político argentino, tendo nas disciplinas da faculdade de Filosofia e Letras as chamadas “cátedras nacionais”, com professores como Justino O’Farrell e Gonzalo Cárdenas que expressavam o avanço do nacional populismo anti-imperialista com posições antimarxistas, e defesa de projetos modernizadores prevendo acabar com a situação periférica argentina para instalar-se como centro da modernização (TERÁN, 2008).

Outra linha acadêmica que vinha se configurando desde a década de 1960, com membros do Partido Comunista Argentino, focou seus estudos nas traduções e análises de Gramsci, onde se destacou a Revista Pasado y Presente, dirigida por José Aricó, como também outros estudos de inspiração trotskista, com Sílvio Frondizi e Milcíades Peña, que

aplicaram o marxismo na interpretação sócio histórica Argentina e também estudos das obras de Althusser. A Revolução Cubana influenciou intelectuais de esquerda que, a partir da Revista *Pasado y Presente* chamavam à “grande marcha da América Latina”; a figura de Che convidava as massas populares a lutarem contra o exército, pois, saíam vitoriosas e para a conquista do terreno da luta armada, que deveria ser o campo central da ação (TERÁN, 1993; 2008). O referido autor chama atenção, em 1969, para a produção, por Marta Harnecker, do manual marxista de maior alcance pedagógico e popular: “Conceptos fundamentales del materialismo histórico”, marcando, no espaço intelectual da década de 1960, uma certa hegemonia marxista, conforme certificou Aricó (1993).

Com a Guerra Fria, a polaridade comunismo-anticomunismo também levou ao fortalecimento de forças conservadoras e reacionárias, onde o partido militar, apelando para a Igreja, promoveu a implantação de valores nacionalistas, tradicionais e familiares como braços da segurança nacional, exercendo forte influência sobre as forças armadas argentinas e terminou culminando no golpe de Estado de 1966, liderado pelo general Onganía, cujas consequências para o universo cultural foram catastróficas. Dentre outras ações, o governo lançou campanhas contra o rock, o uso de minissaia, como também saqueou e censurou livros, editoras e filmes (TERÁN, 2008).

Além do mais, a intervenção autoritária nas universidades implicou na chamada *noche de los bastones largos* quando, no dia 29 de julho de 1966, a polícia federal argentina interceptou as instalações de cinco faculdades da Universidad de Buenos Aires – UBA, onde se encontraram alunos, professores e autoridades que resistiam à decisão do governo de intervir nas universidades (ARGENTINA, 2014). A “condição subversiva” que o discurso dominante visava aniquilar era propriamente a ideologia marxista e o esquerdismo. Entendia-se que, para combatê-los, era necessário ataca-los em seus focos de contaminação, disseminados pelos marxistas, comunistas ou *criptocomunistas*, esquerdistas ou revolucionários em geral. Também, católicos terceiro mundistas, freudianos, ateus, peronistas, liberais e judeus, também eram alvos de ataques na medida em que representasse qualquer ameaça a ordem estabelecida (NOVARO; PALERMO, 2007).

No plano cultural, a proposta era a de construir um consenso, para isso a regulamentação da censura e da repressão dirigida pelo Ministério da Cultura e Educação, publicou um opúsculo, em outubro de 1977, intitulado *Subversión en el ámbito educativo (conozcamos a nuestro enemigo)*, distribuído para todos os estabelecimentos educacionais de

responsabilidade do Ministério de Educação a fim de advertir docentes e discentes e sepultar, de vez, o discurso marxista, considerado subversivo. Ademais, também houve a confecção de numerosas listas negras contendo nomes de escritores, intelectuais, artistas, jornalistas, etc.; perseguição a editoras, queima de livros inclusive mais de um milhão de exemplares do Centro Editor da América Latina e os meios de comunicação de massa se tornaram instrumentos poderosos para o desenvolvimento desta “cruzada reorganizadora” da nação.

O opúsculo acima citado se constitui em um importante documento, sendo bastante enfático no que corresponde ao combate ao marxismo conforme, podemos ver:

A manera de breve síntesis se concluye que todas las bandas de delincuentes subversivos que se mencionaron son marxistas, algunas leninistas y otras trotskistas. Han sido organizadas desde el exterior por el marxismo internacional o son frutos del copamiento por parte de estos mismos elementos, de otras organizaciones extremistas que existen en el país. En todos los casos estas bandas de delincuentes subversivos han recibido diversos apoyos – especialmente políticos – del marxismo internacional (ARGENTINA, 1977, p.32).

Este documento, bem interessante para ser analisado, apresenta os conceitos gerais de subversão a partir do comunismo, marxismo, guerra, conceito comunista de guerra, marxismo internacional, suas fases de desenvolvimento (clandestinidade, criação de zonas dominadas, ação subversiva generalizada) o esquema de subversão na Argentina e principais órgãos e grupos responsáveis, o modo como agem e as ideias que defendem, para enfim, mostrar a ação das organizações subversivas que operam no âmbito educativo e como identificá-las para erradicá-las. Dentre as organizações dependentes do que o Ministério da Cultura e Educação denomina de “Bandas de Delincuentes Subversivos Marxistas” (BDSM) Montoneros estão a Juventud Universitaria Peronista (JUP) e a Unión de Estudiantes Secundarios (UES). De acordo com a descrição do opúsculo a UES:

Actúa en las escuelas secundarias dirigiendo especialmente su atención a las escuelas técnicas.

a) Objetivos:

- influir em âmbito educativo, introduciendo la filosofía marxista, mediante um hábil disfraz peronista a efectos de formar cuadros y captar ideológicamente a los futuros dirigentes del país.
- Construir y desarrollar las agrupaciones de base, en especial en los colegios técnicos, con el fin de desarrollar en el estudiantado una toma de conciencia política, orientada hacia los principios del Movimiento Peronista Auténtico.

- Desarrollar coordinadoras, con el fin de lograr la organización masiva del estudiantado secundario.
- Lograr infiltrarse en la FFAA en oportunidad del Servicio Militar Obligatorio.
- b) Acciones que desarrolla:
 - 1) Impulsar las acciones político-reivindicativas en todo el ámbito estudiantil, contribuyan al accionar político de Monteneros.
 - 2) Incorporar a la lucha el mayor número de estudiantes.
 - 3) Avanzar en el desarrollo militar de las agrupaciones para lograr su autodefensa y hostigar a las autoridades del ámbito.
 - 4) Apoyar las estructuras de la BDSM Monteneros en otras frentes (villeros, inquilinos, solidaridad con los presos, etc.), con personal y medios, en especial en lo relativo a propaganda.
 - 5) Vincularse con las coordinadoras sindicales e efectos de brindarles su apoyo, especialmente en situaciones de conflicto (ARGENTINA, 1977, p.34-35).

Já a JUC, além das características acima mencionadas na UES:

Actúa a nivel terciario en las universidades estatales y privadas.

a) Objetivos:

- Influir en el ámbito introduciendo la filosofía marxista, mediante un hábil disfraz, a efectos de formar cuadros y captar ideológicamente a los futuros dirigentes del país.
- Constituir y desarrollar “agrupaciones” en el nivel terciario del estudiantado.
- Encabezar el enfrentamiento con las autoridades legales, trasladando las reivindicaciones estudiantiles inicialmente al plano político general, para luego llevarlo al ideológico.

b) acciones que desarrolla:

- 1) Infiltrar el mayor numero de cuadros posibles en los institutos de enseñanza que hayan sido considerados prioritarios.
- [...] 3) Utilizar las reuniones estudiantiles como medio de agitación y captación.
- [...] 5) Desarrollar acciones hostiles hacia las autoridades, acorde con el accionar político fijado por la BDSM Monteneros.
- 6) Participar en la conducción de los centros estudiantiles, junto con los activistas de otras organizaciones de izquierda, tendiendo a hegemonizar su conducción (ARGENTINA, 1977, p.36-37).

Trazendo essas características, o opúsculo, faz uma sinopse histórica do movimento estudantil nas universidades argentinas e responsabiliza os docentes como sendo os agentes principais da difusão do conhecimento e ideologias, tendo, portanto, o dever de erradicar as influências subversivas, conforme podemos ver a seguir:

En este orden de ideas, el Gobierno Nacional, enmarcado por el contexto de la agresión marxista internacional, y alo está haciendo a través de las políticas que desarrolla. Al sector docente, entonces, le compete acompañarlo en esa tarea. Es en la educación donde hay que actuar con claridade y energia, para arrancar la raíz de la subversión, demostrando a los estudiantes la falseadad de las concepciones y doctrinas que durante tantos años, en mayor o menor grado, les fueron inculcando [...] la docencia cumple un rol prioritario, en razón de que, sin perder de vista la evolución moderna de las ciencias y las ideas, ella ejerce con responsabilidad primaria, una accion de transmisión generacional, por la cual se efectiviza la continuidad de nuestra cultura tradicional y de la filosofía que la orienta. Vale decir que, a los educadores, les cabe el calificativo de “custodios de nuestra soberania ideológica” (ARGENTINA, 1977, p.59-60).

Conforme podemos observar nos trechos apresentados, as instituições e estabelecimentos educacionais eram vistos como locais de luta contra as ameaças da “subversão”. De acordo com Alonzo (2007), o discurso oficial de combate ao inimigo, se justificou pela tradição católica e hispânica na busca pela identidade nacional e por parte das publicações do Ministério da Educação por meio dos Boletins de informação educativos, onde convocavam os docentes a consolidar o espírito e a essência da nacionalidade (formação moral e cívica) convidando crianças e jovens a assumirem uma hierarquia de valores cristãos e de tradição nacional, como condição de merecimento da dignidade argentina.

A resistência

Conforme analisa Terán (2008), apesar de toda repressão, os movimentos de oposição não se extinguiram. A cultura de resistência que defendia a bandeira dos direitos humanos, também produziu revistas, maioria com vida efêmera, algumas editoras continuaram com sua produção, com seus colaboradores do Centro Editor da América Latina, a igreja católica divulgou, em 1977, uma carta denunciando torturas e desaparecimentos. Neste mesmo ano, ocorreu a famosa reunião das mães de desaparecidos na Plaza de Mayo em Buenos Aires, fortalecendo os órgãos dos Direitos Humanos que passaram a ter visibilidade internacional.

O Partido Revolucionário de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP), foi um dos grupos armados ativos na guerra revolucionária argentina que lutou contra o exército opressor. Uma de suas ações foi divulgar em seu órgão partidário Estrella Roja (ER) artigos publicados convocando soldados a unirem-se ao exército do povo, defendendo-lo, que se encontrava escravizado pela ação dos capitalistas nacionais e estrangeiros e

massacrado pelas Forças Armadas. Esclareciam os chamados que o soldado, na verdade, era um trabalhador, um camponês, um estudante, filho direto do povo, que conhece de perto as injustiças, a miséria e a opressão contra seus irmãos e que está equivocadamente ao lado do opressor quando se alista e defende as Forças Armadas. Seu dever é lutar em prol do povo contra o exército opressor.

Enquanto as autoridades militares apelavam para a ideia homogênea de pátria-nação, essa imprensa partidária revelava as contradições da sociedade, e da hierarquização do próprio exército que se subdividia entre oficiais e suboficiais questionando essa “homogeneidade” do discurso dominante. Nessa luta contra o soldado herói, concebido pela PRT-ERP, as autoridades militares lançaram a figura do soldado traidor surgido como sua antítese (GARAÑO, 2011).

Também nesse contexto, é imprescindível registrar a influência de Che Guevara não só na Argentina, mas no Cone Sul e em toda a América Latina, como um adversário em potencial do imperialismo e do capitalismo, que deixou suas marcas até os dias de hoje. Sua atuação, segundo Besancenot e Löwy (2009), influenciou os movimentos de esquerda revolucionária, como no Brasil que foi um dos primeiros países a adotar o guevarismo tendo no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e na Ação de Libertação Nacional (ALN) de Carlos Mariguella suas principais organizações. Guevara influenciou também o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, no Uruguai; o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) chileno; o PRT-ERP argentino; os cristãos de esquerda, da Teologia da Libertação; e várias outras organizações de países latino-americanos durante as ditaduras das décadas de 1960 e 1970 e até mesmo em décadas posteriores como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México; o Movimento Sem-Terra do Brasil, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC); o Partido Operário Revolucionário (POR) boliviano, e muitos outros.

Por tudo isso, a figura de Che é de extrema importância quando se fala em movimentos sociais revolucionários na América Latina e não poderíamos nos furtar de dedicar algumas linhas, sobre a sua influência.

Che estava convencido de que, para eliminar o capitalismo de vez e combater as ditaduras do capital, era necessário fazer uma revolução socialista em toda a América Latina, tendo Cuba como foco de exemplo de luta. Para isto, seria necessário formar uma base para treinar vários movimentos armados, no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Bolívia e

Uruguai. Ele defendia um marxismo aberto, humanista e internacionalista e visava libertar a humanidade de suas correntes contra a alienação individual “[...] mas também subtraí-los às engrenagens da máquina capitalista que engole e mói os homens para voltar a cuspi-los sob a forma de lucros” (BESANCENOT; LÖWY, 2009, p.33). Defendia que era preciso promover a mudança de acordo com as necessidades históricas de cada localidade, por isso não era dogmático, e criticava duramente a burocracia soviética, era contra receitas prontas de revolução de imitação e cópia, para ele nenhuma realidade era igual a outra, sendo por isso necessário estratégias próprias, no caso latino-americano, o foco catalisador seria a guerra de guerrilhas apostando primeiro na guerrilha rural. Considerava José Carlos Mariátegui o fundador do marxismo latino-americano na década de 1920, e tinha muito respeito pela sua produção (BESANCENOT; LÖWY, 2009, p.33).

Conforme esclarece Besancenot e Löwy (2009), guevaristas, trotskistas, libertários, terceiro-mundistas radicais, sindicalistas revolucionários, comunistas anti-stalinistas etc., foram todos mandados para o banco dos réus, pelos capitalistas, processo que colocou lado a lado algozes e vítimas, revolucionárias ou contrarrevolucionárias. No âmbito da luta pela hegemonia da classe dominante, de uma forma geral é importante ressaltar em termos ideológicos, que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), não foi a única matriz doutrinária das ditaduras civil-militares disseminadas no Cone Sul entre as décadas de 1960 a 1980, como bem analisou Padrós (2012), mas foi a que teve maior impacto.

Considerações finais

As Ditaduras foram legitimadas a partir do discurso de reorganização da sociedade e reestruturação capitalista para instauração de uma democracia “protegida” e para isso se era preciso enfrentar os adversários que visavam destruir “a soberania do Estado”. Desse modo, a obsessão antimarxista, promovida pelas preocupações ideológicas de grupos civis combinadas com a dos adeptos da Segurança Nacional, vai ao encontro da liberdade econômica, nem que para isso seja necessário o sufocamento político.

É importante destacar que a coordenação repressiva no Cone Sul possuía antecedentes prévios aos golpes. Militares e Paramilitares tanto do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile se entrecruzavam colaborando com seus pares na perseguição de políticos e militantes que cruzavam as fronteiras. O chamado Plano Condor, conforme, anuncia Novaro e Palermo

(2007), visava a captura de pessoas procuradas pelos serviços de inteligência desses países (como também Paraguai, Bolívia e em menor medida Peru), transferindo detidos e sequestrados, obtendo licença para que os grupos operacionais atuassem nas fronteiras e também intercâmbios de informação e ajuda de militares vizinhos na perseguição de compatriotas exilados.

Para Almeida (2007) o Estado militar latino-americano, promotor de mais de quatrocentos mil delitos, entre prisões, torturas e mortes, institucionalizou os mais hediondos crimes, tanto quanto o Estado nazista, porém, um grande silêncio circunda sobre a quem coube a responsabilidade por esses crimes, o ditador militar eximindo-se da culpa lança-a sob o comando, este por sua vez nega e aponta para o general, que também negando diz que é do coronel que passa a vez para os sargentos e cabos e assim, poucos, até hoje, foram levados e julgados em tribunais pelos seus crimes. Esse Estado capitalista está comprometido com a reprodução das bases materiais, com o consenso, a harmonia da contradição entre a desigualdade (forjada na materialidade das relações de produção) e a igualdade político-jurídica que gera a instabilidade democrática em todo o continente. Por vezes ainda que seja em nome da liberdade e democracia, apela para regimes autoritários e ditatoriais, visando perpetuar a sociedade voltada para a produção de mercadoria, a mercantilização das relações sociais e apropriação privada do resultado do trabalho coletivo com a mais-valia (ALVES, 2009).

No caso das ditaduras do Cone Sul da América Latina, das décadas de 1960 e 1970, a proposta de reorganização do capital por meio das políticas neoliberais, consenso entre os grupos dominantes, proporcionou um conjunto de ataques contra as conquistas da classe trabalhadora em períodos anteriores e contra o modelo desenvolvimentista que já não dava mais conta de atender a essa realidade. Esse quadro soma-se ao fato de que o grupo dominante não conseguia mais manter a coesão entre as frações aliadas e também não conseguia estabelecer o consenso entre a classe dominada, o elemento de coerção passou então a ser o caminho mais evidente na luta por uma nova hegemonia.

Referências

ALONSO, Fabiana. “Nacionalismo y catolicismo en la educación pública santafesina (1976-1983)”. *Prohistoria*, año XI número 11, Rosario, Argentina, primavera 2007, p. 107-123.

ALMEIDA, Agassiz. A Ditadura dos Generais: Estado Militar na América Latina – O calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 546p.

ALVES, Douglas Santos. **Neoliberalismo, democracia e crise na América Latina: a gênese do Argentinazo (1976-2001).** 157f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2009.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **Argentina, Brasil e Chile e o desafio da reconstrução das agências nacionais civis de inteligência no contexto de democratização.** 356f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas: UNICAMP, 2005.

ARGENTINA. **Subversion en el ámbito educativo: conozcamos a nuestro enemigo.** Buenos Aires: Ministerio de Cultura y Educación, 1977. (Opúsculo).

ARICÓ, José. Geografia de Gramsci na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson.; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Gramsci e a América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. **Che Guevara: uma chama que continua ardendo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GARAÑO, Santiago. Entre héroes y traidores: Sentidos militares y militantes acerca del rol de los conscriptos en los años 70. **Cuadernos de Antropología Social,** Buenos Aires: FFyL – UBA, N° 33, p. 93–110, 2011.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração Democrática.** São Paulo: Edusp, 2007. 743p.

PADRÓS, Enrique Serra. **A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional.** In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.28, n. 48, p.495-517, jul/dez 2012.

ROSSI, Clóvis. **Militarismo na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. n.46. Coleção Tudo é história.

TERÁN, Oscar. **Nuestros años sesentas: la formación de la nueva izquierda intelectual argentina 1956-1966**. 3. ed. Buenos Aires: El cielo por asalto, 1993.

_____. Ideas e intelectuales en la Argentina, 1880-1980. TERÁN, Oscar (Coord.). **Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

SOBRE A AUTORA

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na área de Filosofia e História da Educação, bolsista da Capes. Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2009), onde foi bolsista da FAPESB. Fez um mestrado sanduíche na Universidad Nacional del Litoral (UNL) em Santa Fé - Argentina (2009). Possui graduação em História (2007) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB e foi colaboradora no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista (APMVC em 2005). Atualmente é colaboradora do Museu Pedagógico da UESB desde 2006 e membro dos grupos de pesquisa: HISTEDBR na linha de pesquisa: Historiografia e questões teórico metodológicas da história da educação sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho e também do grupo de pesquisa: Museu Pedagógico: a Educação Escolar com a linha de pesquisa: Memória Geracional, Política Educacional e Trajetórias Sociais, coordenado pela Profa. Dr^a. Livia Diana Rocha Magalhães. Tem experiência na área de História da Educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação; Ditadura Civil-Militar; História de intelectuais baianos.